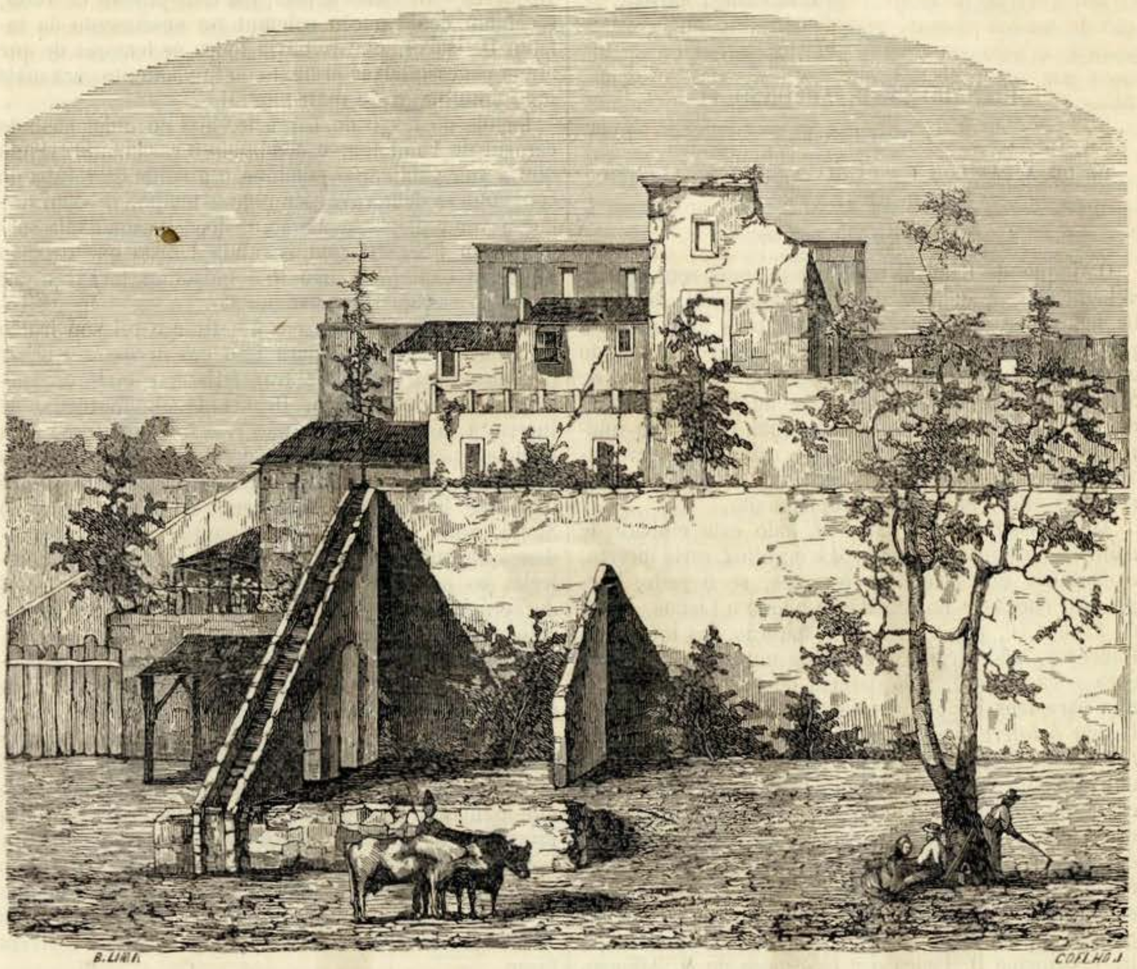


Ruinas historicas na antiga travéssa das Bruxas — Desenho de Barbosa Lima

Deixando o largo de S. Vicente, e tomando pela travéssa do mesmo nome, que ha pouco ainda conservava a denominação antiga das *Bruxas*, vê-se da parte direita, no sitio onde a travéssa faz um cotovelo, um muro velho, e n'elle uma porta com uma inscripção por cima, e outra maior ao lado, taes como as representa a nossa gravura n'esta pagina.

A primeira d'estas inscripções diz simplesmente: *Porta d'Heliche*, tendo uma coroa de conde sobre o letreiro, e duas estrellas nos remates d'este. A segunda, que está gravada em uma pedra comprida, posta ao alto, e embebida no muro, reza d'esta maneira:

NO ANNO DE 1668 SEDO ANTO LVIS RIBEIRO SR DAS CAZAS DESTA SERCA E TENDO NELLAS POR HOSPEDE AO EXO MARQVES DE HELICHE DVQVE DE MONTORO CONDE DVQVE DE OLIVARES E MARQVES DEL CARPIO SENDO PLENIPOTENCIARIO DA MONARCHIA DE CASTELLA PA A FVNÇÃO DAS PAZES Q SE PVBLICARAM NESTA CORTE A DES DE MARCO DO MESMO ANNO LHE PEDIV MANDASSE FAZER ESTA PORTA PA IREN POR ELLA AO REAL CONVENTO DE S. VICENTE DONDE FORAM A PRA VES QVARTA FEIRA DE CINZA E VESPORA DE PASCHOA DE RESURREIÇÃO SE PARTIV PA A CORTE DE MADRID E COMO NO MVRO DA SERCA ESTA ÕVTRA PORTA Q SE FES PA A SNÃR RAINHA D CATHERINA PASSAR COM SEV NETO O SR REI D SEBASTIÃO PA O DITO CONVENTO QVANDO FORAM SERVIDOS DE MORAR NAS MESMAS CAZAS POR CAVZA DE DOENCAS Q HAVIA NA CORTE ESCOLHENDO O SITIO POR MAIS SADIO E SERVE A PORTA DESTA MEMORIA TAMBEM ESTA DE HELICHE Q FIQA SENDO DO ANNO
EM Q SE FIZERAM AS PAZES DE CASTELLA COM PORTVGAL

As casas a que se refere a inscripção foram arruinadas pelo terremoto de 1755, e existem ainda n'esse estado de ruina no fim da dita travéssa, deitando a frontaria para o largo da Graça. A gravura d'esta pagina mostra a frente opposta das mesmas casas, que olha para a cerca. O interesse historico d'essas reliquias é realçado pelo effeito pittoresco da perspectiva geral. Está ainda de pé quasi toda a frente principal do edificio. Era uma casa nobre, composta de lojas e primeiro andar de janellas de sacada, sem ornatos, e que parece ser obra do seculo XVII.

A travéssa de S. Vicente separa, ao desembocar no dito largo, aquella propriedade do palacio do sr. duque de Loulé, que ardeu pelos annos de 1819.

A respeito da primeira parte da inscripção diremos, que os nossos leitores conhecem bem o personagem de que alli se trata pelos artigos publicados n'este jornal sob o titulo de *Reinado de D. Affonso* VI, pelo sr. José de Torres.

Quanto á segunda parte, não nos parece ser exacta a inscripção. Consultando varios auctores que escreveram ácerca do reinado de D. Sebastião, alguns dos quaes o fizeram minuciosamente, não achámos mencionada a ida del-rei e da rainha sua avó para as casas alludidas. Nem era provavel que, fugindo de um contagio como a peste, que assolava Lisboa, fossem dos paços da Ribeira, ou de qualquer outro palacio da cidade, para uma casa do largo da Graça.

O que se lê nas *Memorias del-rei D. Sebastião*, por Diogo Barbosa Machado, que para as escrever teve á sua disposição todos os archivos e cartorios do rei-

no, é que, para evitar o perigo do contagio, passou el-rei para Cintra por conselho dos medicos; e a rainha D. Catharina e a infanta D. Maria, sua cunhada, e tia do soberano, foram para Alemquer.

I. DE VILHENA BARBOSA.

REINADO DE D. AFFONSO VI

(FRAGMENTO)

DESDE A PAZ COM HESPANHA ATÉ AO CASAMENTO DO REGENTE

(Conclusão. Vid. pag. 390)

O duque de Cadaval oppunha-se, mas sem grande vehemencia, á demora do novo casamento. De todos os lados pareciam surgir motivos para augmentar a perplexidade de D. Pedro, como já succedêra quando se tratára de acceitar o titulo de rei. O marquez de Marialva e os condes da Torre e de S. João abriam em fim os olhos, reconheciam qual era o seu interesse particular, e começavam a esforçar-se para levar o principe a casar, sem parar em escrupulos, que, segundo elles, não tinham fundamento.

Ainda assim, o resultado de todo este embate de opiniões e de interesses claros e occultos, seria incerto, e descairia nos primeiros temores, se o padre Verjus não chegasse no dia 27 de março a Lisboa, vindo de França, e, por uma feliz inspiração dos interesses francezes, não viesse munido de uma dispensa dada para o casamento, pelo cardeal de Vandoma, que tinha para taes hypotheses delegação apostolica, como legado *á latere*. Verjus caíra no meio de tanta intriga *(Tanquam Deus ex machina)* para uns como raio, para outros como estrella luminosa! Todos os escrupulos cessaram, todas as difficuldades se desvaneceram! Pedro Vieira e o bispo de Targa quasi perderam a falla de estupor, que nem ao menos tiveram accôrdo para examinar o documento, e tudo correu accelerado! Na mesma tarde se fizeram os esponsaes, e no dia seguinte, quarta feira 28, se celebrou o casamento entre o principe D. Pedro e a ex-esposa de D. Affonso. O conde da Torre, todo glorioso pelo successo, foi ás onze horas da noite a casa de Saint-Romain dar expansão á sua alegria, e congratular-se com elle e com Verjus, que alli tambem estava, como por uma grande victoria. E grande era com effeito para elles, porque confiavam que a rainha a saberia fazer valer e tirar d'ella, a seu tempo, todo o partido possivel. Esperavam que ella se désse ao governo do estado com applicação e vigor; chegavam mesmo a lembrar e discutir entre o partido francez, se não seria necessario, ás suas vistas, pôr de parte o secretario de estado. Allegavam para isto que a rainha conhecia por si mesma as más intenções de Pedro Vieira. Já corrêra no publico que os castelhanos o tinham seduzido com a esperança de um chapeo de cardeal, e dinheiro espalhado entre sua familia. Seria assim? A paixão politica, que tão communmente degenera em cegueira, chega a desvairar e a crer na existencia do que apenas uma vez imaginára.

. . . .

Em 2 de abril, depois do meio dia, acompanhado de toda a nobreza, tinha o principe ido receber a rainha ao convento da Esperança, conduzindo-a ao palacio de Alcantara no meio das acclamações do povo de Lisboa, que despovoára o resto da cidade para se agglomerar nas ruas do transito real. D. Pedro e a rainha iam sós n'um coche, elle no assento dianteiro, ella no logar de honra. Embora por escripto dessem a D. Maria o tratamento de princeza, todos na sua presença a trataram como rainha. N'aquella noite, entre 2 e 3 de abril, rematára em fim a alliança, porventura tão longamente desejada pelos conjuges; negocio grave, de que Saint-Romain dava conta ao seu governo n'estas significativas palavras: — «cette nuit le mariage s'est accomply heureusement, *a ce qu'on m'a dit:*» — palavras de explicito significado, que nove mezes e tres dias depois, em 6 de janeiro de 1669, recebiam confirmação solemne no nascimento da infanta D. Isabel, que removia todos os temores de que ainda podesse haver pretexto ou fundamento para mais uma annullação de matrimonio!

Depois do bispo de Targa ter acceito a dispensa do cardeal de Vandoma, e celebrado o casamento, vendo que a sua publicação solemne e a saída da rainha do convento se demorava por algum tempo, desejou tornar a ver a dispensa. Como os depositarios d'ella suspeitassem que era com segunda tenção que o bispo a queria examinar, não lh'a quizeram tornar a dar antes do casamento consummado.

O principe resolvêra em fim tirar o rei seu irmão do palacio real, mas para isso era necessario achar primeiro logar a que o transferisse, e onde o guardassem com segurança. Depois de algum tempo de incerteza, assentou (mas não realisou) que fosse para Peniche, peninsula á borda do Oceano e proxima ás Berlengas. Para a rainha mandou preparar o palacio da Corte Real, hoje logar cerca do largo do Corpo Santo, onde D. Pedro morára antes da ultima mudança de governo, juntando-o, por meio de uma galeria, ao palacio real, que partia do lado occidental do Terreiro do Paço. Entretanto, principe e rainha residiam em Alcantara.

Com razão ou sem ella, o partido francez, que considerára obra de Pedro Vieira a paz particular com Hespanha, attribuindo-lhe, mais que a qualquer outro, quanto se fizera contra a alliança da França; que lhe attribuia haver desejado assegurar a mesma paz com o casamento do principe na casa de Austria; agora a elle e mais a Francisco Corrêa de Lacerda, que fôra preceptor de D. Pedro, e era mais temivel pelo maior ascendente que tinha no animo do discipulo, attribuia o commum accordo de impedirem, já que o casamento se fizera, que o principe admittisse a rainha no trato dos negocios e nos conselhos, como antes resolvêra fazer.

Tinha D. Pedro ordenado aos secretarios, que apresentassem á rainha todas as consultas e todos os papeis, e assim se executava. Entretanto, no seu animo parecia diminuido o primeiro fervor de fazer entrar D. Maria nos conselhos. Attribuia-se isto a Vieira e Lacerda, que o tinham persuadido de que se tal fizesse toda a honra do governo reverteria para ella, e elle pareceria incapaz e inutil. A rainha longe de dar a D. Pedro, ao preceptor, ou ao secretario, signal de saber quanto a tal respeito se passava, parecia indifferente ao governo. Os do seu partido, porém, os principaes camaristas e conselheiros, concertaram-se para excitar vivamente o principe a cumprir a sua primeira resolução a favor da rainha. Contavam que este negocio fosse facil de resolver em poucos dias. Depois, para poderem melhor dominar no paço, projectavam arredar da corte, tanto Pedro Vieira como Francisco Corrêa de Lacerda, conseguindo que o principe os apresentasse em dois bispados.

Reservado, e com poucos communicativo, o irmão de Affonso VI fugia tambem dos negocios, tinha pouca applicação e menos dedicação a elles. Os que o tratavam mais intimamente diziam-no mais esclarecido, e cheio de espirito, mas era para duvidar que tivesse o preciso para reinar; que se o tivesse, d'outro modo mais terminante, novo e decidido, procedêra desde que houvera a si o governo. D'aqui, o confiarem alguns mais nos intuitos e firmeza de vontade da rainha, que nos d'elle.

O numero de descontentes augmentava cada dia. Inveja e odio extremos dividiam os fidalgos. Os depu-

tados do braço do povo persistiam em não ver modo de assegurar a tranquillidade publica sem o principe acceitar a corôa que lhe offereciam; e começavam a mostrar-se aborrecidos com as recusas. Dizia-se mesmo que havia entre elles quem se lembrasse do restabelecimento de Affonso. Os males que provinham d'este estado de incerteza e descontentamento eram grandes. Porque a rainha mostrava prudencia, força e constancia de vontade, muitos viam n'estes dotes motivo justificado para se lhe dar participação no governo.

Todos os tributos até alli impostos para a guerra acabavam os Tres Estados de os abolir. Em nenhum logar se pagavam já. Entretanto D. Pedro longe de prestar consentimento a esta resolução, pedia agora seiscentos mil cruzados annuaes para sustento das tropas, que queria conservar para segurança do reino. Verdade era, que ordenára para a fronteira que se licenciasse tudo á excepção de mil de cavallo e seis mil de infanteria; mas os Estados quereriam ver conservada menos infanteria, e prescindir da cavallaria, não offerecendo mais que duzentos e cincoenta mil cruzados. A pedido do marido propoz-lhes a rainha que se conciliassem: por este meio esperava-se que todos viessem ao que a nobreza offerecia, que eram quinhentos mil cruzados por anno.

Temendo a opposição da rainha e dos seus adherentes, não querendo ter a sorte de Antonio de Souza de Macedo, ou de Castel-melhor, Pedro Vieira resolvêra insinuar-se no animo da princeza á força de lisonjas. Todos os dias e por toda a parte já não havia ouvir na sua boca senão louvores de D. Maria, e com lagrimas nos olhos lhe renovava incessantemente protestos de fidelidade, de respeito e de dependencia. Entretanto isto não obstou a que nos primeiros dias de abril fizesse notar a D. Pedro que Luiz XIV lhe não dava nas cartas senão o tratamento de *vós*, sendo por isso de parecer que lhe retribuissem o mesmo tratamento. A principio o principe pareceu inclinado á reciprocidade, mas a rainha lhe advertiu, que seria melhor não escrever ao rei de França, que fazel-o de tal arte. Sabendo o secretario de estado que el-rei de Inglaterra dava a seu marido o tratamento de *alteza*, fez a Pedro Vieira uma doce queixa, sem perder a qualidade de lição, por lhe não ter fallado a ella, em tal difficuldade, antes de a communicar ao principe.

A viagem do padre de Villes, confessor da rainha, que ia a Roma, fazendo caminho pela França, deu logar a diversas interpretações. Diziam uns que a dispensa do cardeal de Vandoma era falsa ou irrita por algum defeito essencial: publicavam outros que esta commissão era um expediente do principe e de seus criados e ministros para arredarem da côrte o confessor da rainha. O proprio de Villes chegou a pensar e temer que isso tivesse algum fundamento, e que, findo que fosse o negocio da rainha, o não prendessem em Roma. Para evitar isto chegou a declarar ao secretario de estado que não desejava encarregar-se de nenhum outro objecto; mas o secretario respondeu-lhe que os negocios não podiam dividir-se, e se lhe dariam ordens e instrucções para tratar do provimento dos bispados e de outros interesses d'estes reinos, em quanto o conde do Prado, que era nomeado embaixador junto á Santa Sé, não podesse lá chegar. A propria rainha dissera ao padre Verjus que a persuasão em que de Villes estava, de que ella não tinha já n'elle a mesma confiança, e a pena e magoa que experimentava de que todos se dirigissem directamente a ella, tendo elle por isso menos negocios, menos acção e menos credito junto d'ella e no publico que nos tempos passados, lhe tinham feito desejar esta viagem, para a qual tambem contribuia o grande desencadeamento que havia contra elle da parte dos portuguezes, do que o confessor estava bem informado.

De Villes levava a monsieur de Laön promessa positiva, da parte do principe e da rainha, da sua apresentação por este reino para o cardinalato. Quando de Villes fallára n'isto a primeira vez ao conde da Torre, perguntou este logo se seria intenção de monsieur de Laön quando fosse cardeal, vir residir em Portugal? A resposta negativa e outras razões tiraram toda a apprehensão do espirito do conde, e dos que temiam ver crescer de mais os elementos de predominio da rainha, com os conselhos e proxima convivencia d'aquelle seu parente.

No dia 21 de abril, de tarde, foi o padre de Villes á secretaria receber de Pedro Vieira todo o despacho da missão. Iam n'elle duas cartas do principe para Luiz XIV. Uma só continha parabens pela conquista do Franco-condado: na outra dava-lhe parte do seu casamento, e de todos os negocios de que de Villes ia encarregado, e pedia todo o seu favor e recommendação para Roma, a fim de se concluirem bem. Só quando o padre de Villes foi de volta em casa, pôde ler as copias d'aquellas duas cartas, e notou que em ambas se dava ao rei de França o tratamento de *vós*, do que foi logo advertir a rainha e os ministros mais notaveis, fazendo-lhes grandes queixas contra tal tratamento, todas fundadas, dizia elle, no interesse de Portugal. Diziam todos, que participavam da sua opinião, mas que o principe fôra quem quizera absolutamente escrever d'aquelle modo. O confessor da rainha pediu-lhes então que tornassem a fallar n'isso ao principe, e declarou que se considerava já mui bom portuguez para commetter a imprudencia de levar e entregar taes cartas a el-rei de França. O conde da Torre encarregou-se de tocar n'isto a D. Pedro. Em fim resolveu-se que não escrevessem para França, e na manhã seguinte foi o padre restituir as duas cartas ao secretario de estado. Fôra intenção de de Villes occultar tudo a Saint-Romain, para que não chegasse aos ouvidos de Luiz XIV, temendo que por isto o tratasse menos favoravelmente; mas sabendo que Verjus e o conde da Torre já tinham relatado o caso ao enviado francez, lh'o foi tambem contar, e ouviu d'elle approvação ao seu procedimento e resolução de se não encarregar de taes cartas.

O conde de Castel-melhor, que a este tempo estava n'uma cidade de Hespanha, não longe de Badajoz, escrevêra uma carta ao infante, supplicando-lhe a permissão de regressar a sua casa, e viver n'ella em descanço e segurança. Ficou sem solução.

Os descontentes cresciam todos os dias, e ligavam-se com os hespanhoes para complicar o governo com o pretexto de pôrem em liberdade Affonso VI. O conselho de Madrid era accusado de animar e capitanear similhante partido, por meio dos adherentes que o marquez de Liche e o conde de Sandwich tinham sabido attrahir em Portugal ás idéas hespanholas. As provas obtidas de tal designio compromettiam principalmente Salvador Corrêa, lançando tambem alguma suspeita sobre o marquez de Gouvêa. Os espias que Portugal tinha em Hespanha, davam enviado a Lisboa para grandes e importantes negocios um certo D. Antonio, que viera dirigido a Salvador Corrêa, com instrucções de tudo tratar por seu intermedio, e com seu conselho. Com effeito por meados de abril era D. Antonio chegado a Lisboa, e todos os dias se avistava com Salvador Corrêa, que mezes antes recebêra ordem para se retirar, pelo que se recolhêra a um quarto que tinha em casa dos jesuitas de San-Roque, com a condição de não fazer reuniões nem se intrometter em nenhum negocio de estado.

Taes foram os mais intimos, os mais reconditos episodios politicos passados na côrte de Lisboa desde a assignatura da paz com a Hespanha até aos fins de abril de 1668.

Tal era o estado do governo n'essa epoca, cujos

embaraços pediam muita coragem e não menor prudencia.

Teria o principe D. Pedro esses dotes?

Saberia triumphar de tantos laços, salvar-se de tantos precipicios?

Dil-o-ha a historia imparcial dos factos posteriores.

José de Torres.

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE LISBOA

ANTIGA CASA PROFESSA DOS JESUITAS EM S. ROQUE

(Conclusão. Vid. pag. 311)

Temos descripto a egreja de S. Roque pela parte externa, bem como a magnifica obra do tecto: agora passemos ao interior.

Tem o templo $40^{m},38$ de comprido, fóra a capella-mór, e $17^{m},40$ de largo. A capella-mór não está em proporção, pois tem apenas 5 metros de fundo, e $7^{m},56$ de largura. O retabulo é de optima talha doirada. Consta de dois corpos, de varias columnas corinthias, estriadas, com terços bem lavrados, e capiteis de grande feitio; sobre as columnas tem architraves e frisos entalhados á romana, e as cornijas de ornamentos mui bem relevados. Entre as columnas tem quatro nichos, tambem estriados, com suas meias-laranjas artezoados de florões; tendo por baixo primorosas tarjas, folhaes e fructaes de excellente relevo. N'estes nichos estão os quatro principaes santos da companhia de Jesus, S. Ignacio de Loyola, S. Francisco Xavier, S. Luiz Gonzaga, e S. Francisco de Borja. No centro tem um sacrario de muito lavor doirado, o qual fica mettido no vão de um arco que faz o retabulo, composto de varias columnas estriadas, e no remate das columnas menores, alguns anjos de relevo inteiro.

No meio d'este retabulo ha um vão onde está a charola doirada, sobre seis columnas com seus capiteis corinthios, para a exposição do Sacramento. Este vão está ordinariamente encoberto com um quadro da Circumcisão, feito em Roma no seculo XVII, e pertence á eschola bolonheza. Segundo as festividades da egreja, muda-se este quadro por outro de eguaes dimensões. Um d'elles, representando a *Vinda do Espirito Santo sobre os Apostolos*, diz-se que fôra pintado por Gaspar Dias. Está porém mui retocado e velho. Actualmente trata-se de o restaurar.

Tem esta egreja quatro capellas de cada lado. A primeira da direita, entrando pela porta principal, é dedicada a Nossa Senhora da Doutrina; e tem dois optimos quadros de Bento Coelho; um representa a *Resurreição* e o outro a *Ascensão de Christo*.

A segunda capella é dedicada a S. Francisco Xavier. Além da imagem do santo, que é de notavel esculptura, tem dois quadros de boa composição. Um representa o *Papa Paulo* III, *no acto de enviar para Portugal os primeiros religiosos da Companhia de Jesus em* 1540: o outro figura: *El-rei D. João* III, *rodeado das pessoas da corte, dando audiencia de despedida ao P. Francisco Xavier, quando partiu para a India, no anno de* 1541, *a propagar o Evangelho no Oriente*.

São quadros preciosos para o estudo dos trajos d'aquella epocha. Ignora-se de que mão sejam.

Na terceira capella, dedicada a S. Roque, está o famoso quadro do mesmo santo, pintado em madeira por Gaspar Dias, quando voltou de Italia, onde estudára pelos fins do seculo XVI.

Na quarta capella, que é hoje a do Santissimo, ha dois paineis de Bento Coelho, um representa o *Transito da Virgem*, e o outro a sua *Coroação*.

Na primeira capella da parte esquerda, consagrada a Jesus Maria José, ha quatro paineis; um do *Menino entre os Doutores*, pintado por José de Avellar Rebello, que viveu no seculo XVII; e outro, pequeno e redondo, que representa o *Repouso no Egypto*, attribuido ao mesmo pintor. Estes estão no fundo da capella. Aos lados, ha outros dois, grandes; o primeiro representa o *Nascimento de Christo*, o segundo a *Adoração dos Reis*. Este é inferior ao primeiro, mas dizem que ambos foram pintados por André Reinoso, artista portuguez, do mesmo seculo XVII.

Na segunda capella, consagrada a S. Antonio, ha dois famosos quadros de Vieira Lusitano. O do lado do evangelho figura *Santo Antonio prégando aos peixes*; o da parte da epistola *Santo Antonio pedindo á Virgem Maria auxilio contra as tentações do demonio*.

Na terceira capella, dedicada a Nossa Senhora da Piedade, ha um pequeno painel da *Senhora das Dores*, que se julga de Bento Coelho; e dois quadros, um do *Descendimento da Cruz*, e outro representando *Christo caíndo com o peso da Cruz na subida do Calvario*. São copias de pintor desconhecido.

A quarta capella é a de S. João Baptista, formoso sanctuario d'esta egreja, que foi, como é notorio, mandado fazer em Roma por D. João v, pelo desenho do celebre architecto Vanvitelli; os quadros de mosaico são obra de Manuci, e as esculpturas de Mayni e Giusti. D'esta preciosa capella e seus paramentos fez aquelle soberano presente aos padres de S. Roque.

No arco cruzeiro ha quatro capellas. As duas da parte da epistola, estão occultas com o orgão que alli pozeram, o que deturpa muito o aspecto geral do templo.

Por cima das capellas corre um friso de pedra, e sobre elle, no meio do arco de cada capella, fica uma tribuna com bastante vão para seis pessoas. Estas tribunas tem no fundo largas janellas de vidraça que dão luz á egreja. Entre estas tribunas ha dezeseis paineis com molduras lisas. Representam diversos passos da vida de Santo Ignacio de Loyola. Tem sete de cada lado, e dois entre as tres janellas do côro.

Quando em 1843 se descobriram as reliquias por detraz dos altares de Todos os Santos, das Onze mil Virgens, da Senhora da Piedade, do Sacramento, e da Senhora da Doutrina, foram apeados os quadros das capellas que temos referido, para se limparem e concertarem. Agora tambem se apearam, para o mesmo fim, os paineis que ficam sobre as capellas, doirando-se-lhes as molduras, que estavam em madeira, por haverem perdido todo o oiro.

Sobre estes paineis rematam as paredes da egreja com uma cornija de dentilhões de pedra, e sobre elles descançam as vigas que sustentam o tecto.

Na sacristia, sobre os caixões dos paramentos, ha uma serie de pequenos quadros da vida de S. Francisco Xavier. Os do lado direito são pintados por André Reinoso, de notavel composição, desenho e colorido; os da esquerda, com quanto não sejam do mesmo pincel, tem merecimento, e todos grande valia historica para a nossa terra. Ha tambem n'esta egreja, debaixo do côro, dois retratos, que se attribuem a Antonio Moro, pintor de Utrek, que veiu a Portugal no seculo XVI. Um é del-rei D. João III, e outro de sua mulher, a rainha D. Catharina.

Quando se extinguiu a companhia de Jesus, foi dado o collegio de S. Roque á irmandade da Misericordia, por alvará de 8 de fevereiro de 1768, para alli se estabelecer a roda e hospicio dos engeitados, destino que ainda conserva.

Principalmente depois de 1834, que a administração da Misericordia foi entregue a uma commissão nomeada pelo governo, tem-se feito grandes obras n'este edificio para a accommodação do crescente numero de expostos.

e Ultimamente mandou o governo restaurar a pintura do tecto da egreja, as capellas e quadros, que estava tudo deteriorado.

Estas obras estão quasi completas, e não tardará que este grande e historico templo se patenteie, remoçado e esplendido.

FRAGMENTOS DE UM ROTEIRO DE LISBOA (INEDITO)

(Conclusão. Vid. pag. 369)

EGREJA E CONVENTO DE SANTO ELOY. — Subindo para o castello de S. Jorge, já proximo da sua porta, no mesmo nome, vêem-se umas ruinas de edificio grande. Era o convento de Santo Eloy, da congregação dos conegos seculares de S. João Evangelista.

Fundado em 1284 pelo bispo de Lisboa D. Domingos Jardo para asylo de pobres com o titulo de hospital de S. Paulo, S. Clemente, e Santo Eloy; doado por el-rei D. Diniz aos monges de S. Bernardo; recuperado pelos herdeiros do bispo depois de 23 annos de demanda; dado á congregação do Evangelista em 1442 por instancias do infante D. Pedro, duque de Coimbra, regente do reino na menoridade de seu sobrinho el-rei D. Affonso v, e por breve do papa Eugenio iv; reedificado e augmentado pelos conegos; caíu em completa ruina pelo terremoto de 1755. Depois aproveitando-se e reparando-se algumas partes



Inscripção da porta d'Heliche na antiga travéssa das Bruxas — Pag. 405

menos arruinadas, estabeleceu-se n'ellas uma estação de policia, que sempre alli se tem conservado, servindo actualmente de quartel a uma companhia da guarda municipal de Lisboa. Da egreja ainda restam quasi todas as paredes, com os marmores e esculpturas, que fizeram este templo um dos mais bellos de Lisboa. Esta egreja tinha sido feita inteiramente de novo nos fins do seculo xvii, reinando D. Pedro ii, e conforme os desenhos de João Antunes, que passava pelo primeiro architecto portuguez d'essa epocha. Gozava o convento de Santo Eloy de uma celebridade historica; pois foi n'elle que se assignou o tratado de paz de 13 de fevereiro de 1668, que poz termo á guerra da independencia, que Portugal sustentou por mais de 27 annos contra todo o poder de Hespanha.

TEMPLO DE SANTA ENGRACIA. — Um roubo e desacato, perpetrados em a noite de 15 de janeiro de 1630 na egreja parochial de Santa Engracia, deu causa a organisar-se uma irmandade composta de cem fidalgos das principaes familias da corte, de que era juiz el-rei, e intitulada — dos escravos do Santissimo Sacramento, a qual foi erecta na dita parochia. Como a egreja fosse mui pequena, e não podesse accommodar a multidão de povo que affluia sempre ao triduo das festas annuaes, instituidas em desaggravo d'aquelle sacrilegio, resolveu a nova irmandade fundar á sua custa outra maior e mais sumptuosa. Começou e progrediu a obra activamente; mas quando estava proxima da sua conclusão, abateu e arruinou-se por tal modo, que foi necessario fazer outra inteiramente de novo. Principiou-se esta com differente risco em 1682; porém com tão vastas proporções, que no fim de muitos annos de trabalhos seguidos e de perto de seculo e meio de esforços mais ou menos interrompidos, pa-

raram de todo as obras, ficando as paredes do templo na altura em que devia começar a cúpula. Com o terremoto de 1755 não padeceu ruina alguma, todavia este acontecimento paralysou as obras por muito tempo. Assim o povo ficou chamando *obras de Santa Engracia* a todas aquellas a que não via fim.

Está situado aquelle edificio em logar alto proximo do campo de Santa Clara. Devia o templo ser todo coberto com uma elevada cúpula, ao centro da qual havia de corresponder um altar com quatro frentes, collocado debaixo de um baldaquino. Este colossal edificio, em que se gastaram sommas immensas, com quanto seja de uma architectura pesada, é grandioso, e merece ser visto. Exteriormente é todo de cantaria, e no interior é guarnecido de bellos marmores, e ornado de boas esculpturas. [1]

CARTUXA DE LAVEIRAS. — Por detraz da quinta real de Caxias avulta a frontaria de um templo, toda construida de cantaria lavrada.

Era a egreja do mosteiro intitulado *Vallis Misericordiæ*, que foi dos religiosos cartuxos. Fundou-se este mosteiro nos fins do seculo XVI, em uma quinta, chamada de Laveiras, propriedade de D. Simoa Godinho, de côr preta mas de origem nobre, nascida na ilha de S. Thomé, senhora muita rica, que tendo casado com um fidalgo de Portugal de quem ficou viuva, e sem filhos, dispendeu seus avultados bens em obras pias. Foi a fundadora da capella do Santissimo Sacramento na antiga egreja da Misericordia, agora capella-mór da egreja da Conceição Velha.

Em 1736, reinando D. João V, resolveram os frades edificar nova egreja, por se achar a primeira arruinada, e além d'isso por ser pequena e de má construcção.

Começou-se a obra, sendo prior da ordem D. Luiz de Brito, e levou-se a cabo por meio de esmolas, concorrendo aquelle soberano com valiosos donativos. O claustro foi obra do cardeal D. Luiz de Sousa, arcebispo de Lisboa, nos fins do seculo XVII.

Depois da extincção das ordens religiosas foi vendido este convento, e em seguida demolido em muitas partes. A egreja foi despojada de todas as alfaias e adornos, entre as quaes sobresaíam os magnificos quadros de S. Bruno, pintados pelo insigne Sequeira [2]. Posto que profanada, ainda se conserva de pé.

A celebridade que adquiriram os filhos de S. Bruno pelo extremo aperto da regra em que viviam, não póde deixar de excitar a curiosidade do viajante, que transita por esses sitios, a visitar o arruinado edificio. Ainda alli se vêem as cellas em que os monges passavam vida austera e solitaria. Compunha-se cada cella de uns tres quartos, todos pequenos, com um jardimzinho, em que havia tanque e fonte de agua corrente.

Os jardins eram separados, no tempo dos frades, por altos muros, pois que não era permittido a esses religiosos conversarem, nem verem-se fóra dos actos de communidade. Apenas nas quatro festas do anno se podiam reunir e conversar em horas determinadas de recreio. Não recebiam visitas, excepto o procurador geral ou o prior para negocios da ordem. Quando saíam, o que raras vezes acontecia, eram obrigados a ir dois. Comia cada um na sua cella, na qual não entravam criados, nem pessoa alguma, exceptuando o medico do convento em caso urgente. Recebiam a comida por meio de uma roda, como a dos conventos de freiras, que deitava para o dormitorio; e do mesmo modo lhes era levado tudo o mais de que necessitavam, e a regra lhes permittia, sempre sem verem o portador. Era-lhes interdicta a alimentação de carne. No caso de doença, por mais grave que fosse, faziam uso dos caldos de kagado, para o que tinham na cerca viveiro d'esses animaes em um grande tanque.

[1] Vid. o artigo e gravura a pag. 281 do I vol. d'este semanario.
[2] Existem estes quadros na academia das Bellas Artes de Lisboa.

Esta ordem foi instituida no anno de 1084 por S. Bruno, natural da cidade de Colonia, em um logar deserto na diocese de Grenoble, em França, chamado *Cartuxa*, do qual a dita ordem tirou o nome. Introduziu esta em Portugal, no anno de 1587, o arcebispo de Evora, D. Theotonio de Bragança, filho de D. Jayme, 4.º duque de Bragança, fundando para esse fim o convento de *Scala Dei*, junto á cidade de Evora. Este e o de *Vallis Misericordiæ* de Laveiras eram os unicos conventos da ordem em Portugal. Em Lisboa, dentro da cidade, tinham um hospicio.

No seguinte volume publicaremos mais alguns fragmentos do nosso roteiro.

I. DE VIL[illegible]NA BARBOSA.

PRIMEIRA EMBAIXADA DO JAPÃO Á EUROPA

(Conclusão. Vid. pag. 403)

XII

Somos chegados ao termo da longa peregrinação dos nossos japões, e tempo é de ferrar as velas e nos recolhermos, para não enfadar em demasia os benevolos leitores, e despertar saudades d'aquellas tão risonhas e saudosas eras, em que o pendão portuguez, quasi só e por todos respeitado, tremulava por esses mares fóra do Oriente, por esses portos de tantas e tão diversas nações, por esses castellos e baluartes de Portugal, encravados nas remotissimas terras e paragens de tantos povos altivos e poderosos.

Portanto, indicaremos aqui sómente os argumentos de que o auctor trata nos dois ultimos colloquios, que são o XXXIII e XXXIV. No primeiro entretem-se a fallar do imperio da China, e seus costumes, governo e industria; no segundo descreve summariamente todo o orbe, e declara qual a melhor e mais nobre parte d'elle, dando, sem hesitar, o primado á Europa, como a mais illustre de todas, e sobre que Deus derramou com mão larguissima muitas e muito grandes excellencias.

Vinha para aqui a carta que o P. Valinhano, visitador das casas e missões jesuiticas da India e Japão, escreveu de Goa em 1587, sobre a chegada alli dos embaixadores, a qual publicou o P. Amador Rebello, a pagina duas da *Relação* d'aquelle anno. Mas como temos dito tudo o que elle refere, contentâmo-nos com fazer d'ella esta simples menção. Reservâmos para outra occasião talvez relatar os successos da nossa missão japoneza até á sua extincção, com a total expulsão dos portuguezes em 1639, como já dissemos no principio d'esta memoria. Mas desde aqui protestâmos de novo, como alli fizemos, que não foram os portuguezes nem os seus missionarios a causa d'aquella catastrophe, que trouxe a extincção da egreja no Japão, mas sim unica e indubitavelmente os protestantes hollandezes e inglezes, por odio ao catholicismo, e por avidez de fazerem só elles todo o commercio japonez, os quaes, além d'isto, carregaram a mão sobre nós, pretendendo fazer acreditar, para encobrir a sua maldade, que toda a culpa d'isso fôra o orgulho e a ambição dos portuguezes, e dos nossos bons e santos missionarios!

O que nos pésa, porém, é que tendo repetido em 1858 uma parte d'esta infamia o jornal francez *La Patrie*, vissemos a folha official portugueza reproduzil-a aqui mesmo, no n. 117 d'aquelle anno, sem desaffrontar a nação e a religião d'aquella calumnia. Não queremos abonar a verdade do que dizemos com auctores nossos, e por isso mandâmos os leitores, quer conterraneos quer estranhos, para o francez Charle-

voix e para o italiano Bártoli, escriptores imparciaes e diligentissimos do Japão, omittindo muitos outros que poderiamos citar.

E para acabar diremos, que os nossos japões, chegando pouco depois á patria, acharam mortos os reis de Bungo, Francisco, e o principe de Omura, Bartholomeu, que não tiveram a consolação de os ver, e de receber e admirar os presentes que lhes levavam de Portugal, e dos outros paizes que visitaram, e especialmente os que o papa lhes mandou; gosto que só coube a Potasio rei de Arima, que n'isso experimentou a mais inaudita alegria e contentamento, assim como os filhos d'aquelles, e todos os christãos japonezes ao verem os enviados de seus principes, e ouvirem de sua boca as coisas admiraveis que temos contado, e as muitas outras que a brevidade nos obrigou a passar em silencio.

A. J. F.

ESTUDOS DA LINGUA MATERNA

45.º

Muitos dos nossos contemporaneos, á imitação dos francezes, escrevem no singular, com o adjectivo articular no plural, os nomes proprios estrangeiros empregados por antonomasia. Por exemplo: *Os* Bossuet, *os* Byron, *os* Chateaubriand, *os* Victor Hugo, etc.

Esta disconcordancia é contraria á syntaxe da nossa lingua, além de dissonante ao ouvido.

Os nossos classicos punham sempre os nomes estrangeiros no plural, quando assim figuradamente os empregavam. Em Vieira, lemos: Os Davids, os Achitopheis, os Saúes, os Absalões, os Solons, etc. E os bons escriptores modernos usam da mesma concordancia, dizendo: Os Bossuets, os Byrons, os Chateaubriands, os Victor Hugos, os Buffons, os Scribes, etc.

Os francezes dizem: *Les Platon, les Pythagore ne se trouvent plus.* Em bom portuguez traduziremos: Já não ha Platões nem Socrates.

E é tal este rigor da nossa lingua, que não só os nomes proprios, mas até os vocabulos e phrases que empregâmos em latim, concordam no plural com o articular: Por exemplo: os *amens*, os *misereres*, os *itens*, as *erratas*, as *ave-marias*, as *salve-rainhas*, os *albuns*, os *fac-similes*, os *flos sanctoruns*.

«Vilhegas, Rosario, Ribadaneira e outros escriptores de *Flos Sanctoruns*, diz o escrupuloso classico J. Cardoso no *Agiol. Lus.* t. I. pag. 223.

Por falta de espaço não exemplificâmos esta regra com mais auctoridades, posto que as escuse, por ser obvia.

AOS NOSSOS ASSIGNANTES

Para a vida quasi ephemera que de ordinario tem os jornaes litterarios entre nós, principalmente illustrados de gravuras, o contarmos hoje cinco annos de existencia, é já augurio de longa duração.

A infancia dos jornaes, como a do homem em quanto bem se não póde ter em pé, está arriscada a muitas quédas, e ás doenças da edade, que a arte e os desvelos nem sempre conseguem debellar. Alguns d'esses achaques tem já soffrido com animo, sem desfallecimento, o *Archivo Pittoresco*, mas resistiu-lhes; e hoje sente-se vigoroso e apto para a longa peregrinação intellectual que por ventura lhe está vaticinada.

Graças ao favor publico, e ao concurso dos srs. assignantes, sobre tudo á illustrada e patriotica Sociedade Madrépora, que nos toma annualmente 2:700 assignaturas, 1:000 que manda distribuir gratuitamente pelas escholas populares do reino e ilhas, mencionadas nas capas de cada entrega mensal; e 1:700 a que dá extracção nas diversas provincias do imperio do Brasil.

Aos benemeritos directores d'esta sociedade cabe a gloria de haverem dado entre nós o exemplo de auxiliar a instrucção popular com tão valioso e proficuo donativo, o qual não só serve para leitura dos mestres, mas, especialmente, para recompensar os alumnos que no acto do exame provarem ter merecido este premio da sua applicação.

E não é só n'este donativo que se revela o amor da patria e da civilisação que influe a generosidade e bizarria d'aquelles tão nossos concidadãos; outros muitos auxilios estão prestando, constantemente, á nossa industria e artes, para que progridam; e em todas as subscripções abertas no reino, a sua contribuição é sempre avultada.

Não póde ser mais cordial e profundo o amor que os nossos compatriotas residentes no Brasil tem á terra do seu nascimento, cujas saudades mitigam tomando parte em todas as alegrias e venturas do reino, como se d'ellas estivessem gozando.

Os festejos que lá fizeram os portuguezes para solemnisar o auspicioso consorcio del-rei, competiram com o jubilo que houve em toda a nação. No Rio de Janeiro reuniram-se fraternalmente todas as associações portuguezas que alli se acham estabelecidas, para celebrarem um pomposo «Te Deum», festividade das mais solemnes que se tem visto n'aquella capital. Este acto foi seguido de uma eloquente felicitação dirigida a S. M. el-rei pelos presidentes de todas as referidas sociedades, que são os srs: visconde da Estrella, presidente da *Sociedade de Beneficencia Portugueza* — Antonio Emilio Machado Reis, presidente da *Sociedade Madrépora* — F. de Paula Baptista de Valença, presidente do *Retiro Litterario Portuguez* — José Maria de Mattos Pinto, presidente da *Sociedade Dezeseis de Setembro* — José Tavares Albano de Amorim, presidente da *Sociedade Club Portuense* — José Peixoto de Faria Azevedo, presidente do *Gabinete Portuguez de Leitura* — Francisco Borges Xavier de Lima, presidente da *Real Sociedade amante da Monarchia e Beneficente*.

Esta felicitação foi enviada para Lisboa, elegendo os nossos compatriotas, os srs. A. Herculano, dr. Bernardino Pinheiro, e o principal redactor d'este semanario, para em deputação a apresentarem a S. M.

A empreza do *Archivo*, com tão poderoso auxilio da Sociedade Madrépora tem podido realisar alguns dos seus projectos. Um d'elles foi estabelecer na sua typographia uma aula e officina de gravura, onde se desenhassem e abrissem as estampas para o jornal, com regularidade e a tempo, com o fim de evitar a reproducção de gravuras estrangeiras. Já d'aqui resultou, que em tão poucos mezes, das 140 gravuras que este vol. V contém, 100 são originaes, e apenas as restantes foram tiradas de estampas estrangeiras, mas todas gravadas pelos artistas que trabalham exclusivamente para este semanario. Além d'estas, temos já uma optima collecção de desenhos e gravuras nacionaes para o seguinte volume.

Falta ainda melhorar o papel, o que se não poderá conseguir a nosso contento, sem que se diminuam os direitos da pauta, como é indispensavel.

Proseguimos no empenho de sollicitar a collaboração de todos os nossos bons escriptores, para darem realce a este semanario, propagador sincero das boas letras e das bellas artes.

Renovando os testimunhos de agradecimento que devemos aos nossos assignantes, confiâmos que nos hão de continuar a sua cooperação.

A. da Silva Tullio.

INDICE

(Os asteriscos antes da indicação das paginas designam gravuras)

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista — palacio do conde de Sampaio.